

FINANÇAS PÚBLICAS

2023/2024 (2.º Semestre – Turma NOITE)

Regente: Professor Doutor Guilherme W. d'Oliveira Martins

INTRODUÇÃO

1. Noções gerais de Finanças Públicas – instrumentos e formas de actuação
2. Notas sobre a história do ensino das Finanças Públicas
3. As Finanças Públicas ao serviço da comunidade
4. As Finanças Públicas e a economia: uma introdução genérica
5. Os bens públicos no centro das Finanças Públicas
6. Bens públicos nacionais e bens públicos globais
7. A pandemia de COVID-19. Influência sobre o debate sobre a economia pública
8. A cooperação internacional e a COVID-19
9. A disciplina jurídica das Finanças Públicas
10. A contribuição de outras disciplinas para as Finanças Públicas

PARTE I

ORÇAMENTO, CONTROLO FINANCEIRO

E TRIBUNAL DE CONTAS

CAPÍTULO I – O ORÇAMENTO

1. Aspectos gerais
2. Conceito de Orçamento

3. A natureza jurídica do Orçamento
4. A natureza política e económica do Orçamento
5. O equilíbrio de poderes
6. Dinâmica Orçamental – da apresentação à aprovação do Orçamento
7. Os intervenientes no processo orçamental
8. Regras e princípios fundamentais do Orçamento
 - 8.1. Plenitude orçamental: unidade e universalidade
 - 8.2. Anualidade (e plurianualidade)
 - 8.3. Equilíbrio orçamental
 - 8.4. Discriminação orçamental: não-compensação, não-consignação e especificação
9. Novos princípios orçamentais
 - 9.1. Economia, eficiência e eficácia
 - 9.2. Sustentabilidade
 - 9.3. Solidariedade recíproca
 - 9.4. Equidade intergeracional
 - 9.5. Transparência orçamental
 - 9.6. Estabilidade orçamental
10. O Orçamento do Estado e outros orçamentos

CAPÍTULO II – O CONTROLO DOS DINHEIROS PÚBLICOS E A SUA EVOLUÇÃO

1. Generalidades
2. Controlo interno e controlo externo
3. Controlo político
4. As novas formas de controlo e a auditorias em especial

CAPÍTULO III – O TRIBUNAL DE CONTAS

1. Generalidades
2. A Constituição de 1976 e o Tribunal de Contas
3. A evolução posterior do Tribunal de Contas – importância do controlo *a posteriori*
6. O Tribunal de Contas na actualidade e perspectivas de evolução
7. O Tribunal de Contas e a Assembleia da República: o Parecer sobre a Conta Geral do Estado e outras formas de colaboração
8. As várias formas de controlo do Tribunal de Contas, nomeadamente a responsabilidade financeira
9. A colaboração do Tribunal de Contas com entidades públicas e privadas

PARTE II

DO FINANCIAMENTO DO ESTADO

CAPÍTULO I – FISCALIDADE

1. «Com os impostos pagamos civilização»
2. O imposto: um instrumento de liberdade
3. A longa história dos impostos
4. Breves notas sobre a evolução histórica dos impostos em Portugal
5. Rendimento, património ou consumo?
 - 5.1. Tributação do rendimento
 - 5.2. Tributação do património
 - 5.3. Tributação do consumo

6. Classificação dos impostos
7. Sistema fiscal português (uma breve perspectiva histórica)
 - 7.1. O sistema fiscal e o 25 de Abril
8. Breve apresentação do sistema fiscal português
9. Receitas tributárias
 - 9.1 Impostos, Receitas tributárias por excelência
 - 9.2. Taxas
 - 9.3. Contribuições especiais
 - 9.4. Impostos e taxas
10. O Sistema Fiscal Ideal?
11. Rendimento fiscal
13. Benefícios fiscais
11. Justiça fiscal
12. Legalidade fiscal
13. Capacidade contributiva
14. Eficiência
16. Novos Problemas, Novas Soluções
17. A evasão fiscal
 - 17.1. As térmitas fiscais
18. União Europeia e regras fiscais
19. Combate à evasão fiscal
20. A «Tobin Tax»
21. A evolução da tributação da economia digital
22. A evolução recente da fiscalidade internacional

23. Arbitragem tributária

CAPÍTULO II – DÍVIDA PÚBLICA, RIQUEZA PRIVADA

1. Introdução

2. Conceito e modelos de dívida pública

3. Entre a dívida e o diabo

5. Como escapar ao Inferno e receber juros

7. As concepções optimistas sobre o recurso à dívida pública

8. A teoria clássica sobre a dívida pública

9. A revisão do pensamento financeiro clássico

10. A reabilitação da teoria clássica

11. A dívida pública portuguesa

11.1. Perspectiva histórica

11.2. A crise da dívida no final da Monarquia

11.3. A dívida e a Primeira República

11.4. Em busca do aval da Sociedade das Nações

11.5. Política e Finanças Públicas: o Estado Novo

11.6. A Revolução de Abril: as grandes esperanças

11.7. O regresso à dívida externa

11.8. Os mercados financeiros e a dívida pública portuguesa

12. Gestão da Dívida Pública

12.1. Da Junta do Crédito Público ao Instituto de Gestão

do Crédito Público

12.2. Do Instituto de Gestão do Crédito Público à Agência

da Tesouraria e da Dívida Pública – o reforço

da tecnocracia

13. O novo regime geral de emissão e gestão da dívida pública

14. Modalidades de dívida

15. A dívida financeira do Estado

16. Os mercados secundários de dívida pública

17. As agências de rating

18. A sustentabilidade da dívida

CAPÍTULO III – DESPESAS PÚBLICAS

1. Uma nótula sobre as despesas públicas

PARTE III

FEDERALISMO FINANCEIRO

CAPÍTULO I – A TEORIA E A PRÁTICA DO FEDERALISMO FINANCEIRO

1. Definição do espaço ideal da decisão financeira
2. Centralismo vs. descentralização
3. Modelos de federalismo financeiro
4. Evolução recente do federalismo financeiro
5. O federalismo financeiro em Portugal

CAPÍTULO II – FINANÇAS DAS REGIÕES AUTÓNOMAS

1. A autonomia regional: evolução histórica e enquadramento geral
2. Autonomia financeira

- 2.1. Uma autonomia com limites
- 2.2. As receitas regionais
- 2.3. Dívida pública das Regiões Autónomas
- 2.4. Receitas derivadas
- 3. Os acordos extraordinários
- 4. Património das Regiões Autónomas

CAPÍTULO III – FINANÇAS LOCAIS

- 1. Aspectos gerais
- 2. Em busca das regiões adiadas
- 3. Organizações de moradores: o que resta da Revolução?
- 4. Os municípios e a longa luta pela sua afirmação
- 5. O Orçamento Municipal – princípios e regras orçamentais
- 6. Os empréstimos municipais
- 7. O sector empresarial local
- 8. A transferência e delegação de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais
- 9. Juntas de Freguesia: os parentes pobres

PARTE IV

OS DESAFIOS ACTUAIS DAS FINANÇAS PÚBLICAS

1. As sucessivas crises do século XX e as respostas públicas
2. A crise do *subprime*
3. A crise das dívidas soberanas e a austeridade
4. A pandemia COVID
5. A guerra da Ucrânia
6. A actuação da União Europeia e dos organismos financeiros internacionais.
7. A desigualdade económica e as questões de emigração
8. Um breve olhar sobre a segurança social.

BIBLIOGRAFIA

1. Básica

CABRAL, Nazaré da Costa e MARTINS, Guilherme Waldemar d'Oliveira, *Finanças Públicas e Direito Financeiro – Noções Fundamentais*, AAFDL, Lisboa, 2016 (reimp.).

FERREIRA, Eduardo Paz, *Ensaio de Finanças Públicas*, Almedina, Coimbra, 2020 (no prelo).

CATARINO, João Ricardo, *Finanças públicas e direito financeiro*, 5ª edição, Almedina, Coimbra, 2019.

FRANCO, António de Sousa, *Finanças Públicas e Direito Financeiro*, 4ª edição, Almedina, Lisboa, 2015 (reimp.).

MARTINS, Maria d'Oliveira, *Lições de Finanças Públicas e Direito Financeiro*, 2ª edição, Almedina, Coimbra, 2012.

PEREIRA, Paulo Trigo e NUNES, Francisco, *Economia e Finanças Públicas: da teoria à prática*, 5ª ed., Almedina, 2016.

2. Complementar

MORENO, Carlos, *Finanças Públicas. Gestão e controlo dos dinheiros públicos*, Ed. UAL, Lisboa, 2006.

PEREIRA, Paulo Trigo, AFONSO, António, ARCANJO, Manuela, SANTOS, José Carlos Gomes, *Economia e Finanças Públicas*, Escolar Editora, Lisboa, 2005.

RIBEIRO, José Joaquim Teixeira, *Lições de Finanças Públicas*, 5ª edição, Coimbra Editora, Coimbra, 1995.

ROCHA, Joaquim Freitas da, *Direito da Despesa Pública*, Almedina, Coimbra, 2019.

TAVARES, José F. F., *Estudos de administração e finanças públicas*, 2ª edição, Almedina, Coimbra, 2014.

TEIXEIRA, António Braz, *Finanças Públicas e Direito Financeiro*, AAFDL, Lisboa, 1992.

Nota: A bibliografia sobre capítulos específicos do Programa será indicada ao longo do semestre.

I. LEGISLAÇÃO FUNDAMENTAL (recomenda-se a consulta das versões actualizadas)

- Leis de Enquadramento Orçamental - Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro; Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto;
- Lei Geral Tributária- Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de Dezembro;
- Lei de Bases da Contabilidade Pública - Lei n.º 8/90, de 20 de Fevereiro;
- Regime da Administração Financeira do Estado - Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho;
- Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em atraso - Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho;
- Regime das Garantias Pessoais do Estado (Regime jurídico da concessão de garantias pessoais pelo Estado ou por outras pessoas colectivas de direito público) - Lei n.º 112/97, de 16 de Setembro;
- Regime geral de Emissão e Gestão da Dívida Pública (Lei-quadro da dívida pública) - Lei n.º 7/98, de 3 de Fevereiro;
- Estatutos da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E - Decreto-Lei n.º 200/2012, de 27 de Agosto;
- Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas - Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto;
- Estatuto do Conselho das Finanças Públicas - Lei n.º 54/2011, de 19 de Outubro;
- Pacto de Estabilidade e Crescimento (Versões de 1997, 2005 e 2011);
- «Six Pack» (5 Regulamentos e 1 Diretiva);
- Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação da União Económica e Monetária (Tratado Orçamental);
- «Two Pack» (2 Regulamentos)
- Lei n.º 26/2002, 14 de fevereiro – classificador económico das despesas e das receita
- Lei 171/94, de 24 de junho – classificador funcional das despesa
- Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais da União Europeia (SEC 2010)
- Regulamento (EU) n.º 549/2013, de 21 de maio (este último porque a lei de enquadramento faz referência a ele)